



O agronegócio brasileiro passa por um momento peculiar. Apresenta crescimento firme e é o setor mais dinâmico e globalizado da economia do país, responsável por quase 50% das exportações brasileiras e pela alimentação de aproximadamente 10% da população do planeta, porém tem desafios para manter a competitividade e está frente a um contexto de grande volatilidade, inflação e mudanças climáticas. Diante do potencial do agro brasileiro e do cenário atual, o segundo debate do ciclo Agro Global de 2022 se debruçou sobre as oportunidades existentes e as políticas a serem adotadas para aprimorar a inserção interacional do setor, a partir das recomendações do *Policy Paper* "Políticas para a inserção competitiva e sustentável do agro brasileiro no mundo", disponível [aqui](#).

Autoria do relatório: Equipe de projetos do CEBRI

Participantes: Marcos Jank, Fernando Queiroz, José Roberto Mendonça de Barros, Paulo Hartung e Teresa Cristina Vendramini.

A pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia se somaram à crise climática global e têm gerado impactos além das áreas sanitária e de segurança. Estas crises abalaram a economia mundial na medida que geraram um choque entre oferta e demanda que, por sua vez, trouxe discussões sobre segurança alimentar e inflação para o primeiro plano. Se em um primeiro momento a política econômica da maioria dos países estava voltada para estimular uma demanda prejudicada, a preocupação atual consiste em frear uma inflação galopante que vem pesando sobre o preço da energia e dos alimentos, e evitar que ela se perpetue. Dado este panorama, economistas preveem uma desaceleração da atividade econômica, com considerável declínio da demanda, e risco de recessão.

Neste contexto, tudo indica que o protagonismo da questão da segurança alimentar permanecerá, com países importadores buscando se organizar para ter alguma suficiência alimentar. O cenário atual representa um risco, mas também uma oportunidade para a maior inserção do agronegócio brasileiro no mundo, contanto que o país adote certas políticas públicas, no curto e médio prazo, para aproveitá-las em pleno potencial.

Em primeiro lugar, deve haver **convergência entre a política agrícola e as políticas externa, ambiental e econômica**, visando mapear os parceiros comerciais atuais e potenciais e os mercados estratégicos, de forma proativa. Essa atuação conjunta tem de considerar onde estão os gargalos em cada relação comercial, sejam eles de natureza sanitária, tarifária, logística, entre outros, para assim personalizar o plano de atuação voltado para cada parceiro. Isto possibilitaria não só uma maior penetração e diversificação da pauta nos mercados dos parceiros comerciais do Brasil, mas também a fidelização destes, o acesso a novos mercados e a atração de investimentos para o país.

Um esforço interministerial com vistas a uma **maior abertura externa** também se faz necessário. O Brasil é muito impermeável para as importações e esta falta de reciprocidade resulta em perda de oportunidades de negociação, o que prejudica o consumidor, o setor agrícola e a economia. Por isso, é preciso importar mais para que se consiga diversificar a pauta exportadora.



No âmbito doméstico, é preciso realizar uma **simplificação fiscal do setor, desburocratizar o sistema e uniformizar regras sanitárias** que, muitas vezes variam de um estado da federação para outro. Na dinâmica atual, estes obstáculos geram um aumento no preço dos produtos e, conseqüentemente, diminuem a competitividade do agro brasileiro. Tais modificações, que podem ser adotadas em um espaço de tempo relativamente curto, também contribuiriam para trazer mais segurança para os investidores externos, o que é fundamental para a atração de investimentos.

No médio prazo, é necessário **investir em infraestrutura** dado que, além da questão burocrática, o Brasil ainda é pouco competitivo na parte logística, muito devido a fretes elevados por conta de uma infraestrutura portuária e rodoviária pouco produtiva, que não acompanhou a do resto do mundo, em especial de grandes países exportadores.

Além disso, é essencial investimento contínuo no **desenvolvimento tecnológico da agropecuária**. Em um país no qual cerca de 80% do setor de agronegócio é composto por produtores de pequeno porte ou não tecnificados, que em parte ocupam terras degradadas, a modernização tecnológica vem como instrumento para a diversificação da produção, melhor aproveitamento das regiões de cultivo, maior eficiência e diminuição do custo de produção, além de possibilitar o acesso dos pequenos produtores ao mercado internacional. Isso torna a atividade mais inclusiva, com geração de emprego e renda, proporcionando a melhoria de vida da população rural. Nesse contexto, o acesso ao capital inicial tem de vir em forma de programas de subvenção e a organização em cooperativas. A integração entre diferentes atividades (uso de subprodutos agrícolas na pecuária ou integração lavoura-pecuária-floresta, por exemplo), também pode gerar ganhos de eficiência e diversificação, contribuindo para a autonomia dos pequenos produtores.

Ademais, é imprescindível **avançar na agenda sustentável**, principalmente retomando o comando e controle **do combate ao desmatamento ilegal** que é, hoje, a maior mazela do país no cenário internacional e representa risco real de se configurar como barreira não tarifária para os produtos brasileiros em diversos mercados no mundo. O Brasil é detentor da maior biodiversidade do mundo, possui condições climáticas e de produção favoráveis para a diferenciação dos produtos, uma matriz energética diferenciada, além de potencial para ser o maior exportador mundial de créditos de carbono. Também detém grande potencial na prestação de serviços ambientais. É preciso um **esforço da diplomacia em divulgar os atributos positivos da agricultura brasileira**, desde a organização de visitas regulares dos parceiros comerciais, atuais e potenciais, ao Brasil, até a maior participação em fóruns internacionais e multilaterais, sempre prezando pela transparência e auditabilidade dos processos produtivos.

Por fim, o **setor privado** deve participar e contribuir para a definição das pautas de negociação, as campanhas de fomento da imagem brasileira no exterior, o processo de desburocratização e investindo para o desenvolvimento tecnológico do agronegócio brasileiro.



Conclusões

-
- É preciso haver um esforço conjunto entre os Ministérios da Agricultura, Economia e Relações Exteriores, no sentido de estabelecer as estratégias de acesso à mercados, observando as especificidades de cada um deles.
-
- Um trabalho voltado para a promoção dos aspectos positivos do agro brasileiro, pautado pela transparência no sistema produtivo, deve ser iniciado no curto prazo.
-
- Para reduzir riscos de barreiras não tarifárias e aproveitar o potencial agroambiental do Brasil, é preciso promover uma agenda sustentável que priorize o combate ao desmatamento ilegal e consolide o mercado de carbono.
-
- Há uma necessidade de investir na infraestrutura, na inovação e no desenvolvimento tecnológico, para aumentar a eficiência da produção e permitir uma maior inclusão competitiva, em particular para os pequenos produtores.
-
- O setor privado precisa estar incluído nas diferentes medidas, com a promoção de uma convergência entre um empresariado moderno, um governo desburocratizado e uma sociedade ativa.
-
- A economia brasileira precisa se abrir mais para as importações, para que consiga aumentar e diversificar suas exportações, além de acessar novos mercados consumidores.
-